

DOI: <https://doi.org/10.36470/famen.2025.r6a04>

Recebido em: 03/01/2025

Aceito em: 30/01/2025

**FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL: UM ESTUDO SOBRE INCLUSÃO, TECNOLOGIA ASSISTIVA E
CURRÍCULO INTEGRADO**

**COMPREHENSIVE HUMAN TRAINING IN THE CONTEXT OF PROFESSIONAL
EDUCATION: A STUDY ON INCLUSION, ASSISTANT TECHNOLOGY AND
INTEGRATED CURRICULUM**

Élida Dantas do Nascimento Cortês Bonifácio

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9426-0505>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8628990058442814>

Mestra em Psicologia

Centro Universitário Maurício de Nassau Natal/RN, Brasil

E-mail: elidadn14@gmail.com

Andreza Maria Batista do Nascimento Tavares

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6857-7947>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5187018279016366>

Doutora em Ciência da Educação

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN, Brasil

E-mail: andreza.tavares@ifrn.edu.br

José Mateus do Nascimento

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4964-5216>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9176401714554967>

Doutor em Ciência da Educação

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN, Brasil

E-mail: mateus.nascimento@ifrn.edu.br

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo analisar a relação entre educação profissional, inclusão, tecnologia assistiva e currículo integrado para a formação humana integral, destacando os desafios e possibilidades que permeiam essas práticas no âmbito da educação profissional. A pesquisa utilizou como metodologia uma revisão bibliográfica narrativa e foram utilizados 30 textos. Os resultados evidenciaram que a formação humana integral, ao integrar conhecimentos técnicos, científicos e culturais, contribui para o desenvolvimento dos estudantes, possibilitando

sua atuação crítica e responsável no mundo do trabalho e na sociedade. Observou-se que a inclusão vai além da presença de estudantes com deficiência nos espaços escolares, exigindo práticas pedagógicas, recursos e políticas públicas que eliminem barreiras e promovam a equidade. A tecnologia assistiva demonstrou ser uma aliada fundamental nesse processo, ampliando as possibilidades de acesso e participação de estudantes com necessidades específicas. Por sua vez, o currículo integrado foi identificado como uma estratégia eficaz para articular diferentes áreas do conhecimento, promovendo uma formação mais ampla e significativa, alinhada às demandas contemporâneas. Conclui-se que a integração entre esses elementos é essencial para a construção de um modelo educacional que valorize a diversidade, prepare os estudantes para desafios sociais e profissionais e contribua para a construção de uma sociedade mais justa. Este trabalho destaca a relevância do tema e a necessidade de aprofundar debates e práticas pedagógicas que potencializem sua implementação.

Palavras-chave: Educação profissional; inclusão; tecnologia assistiva; currículo integrado; formação humana integral.

ABSTRACT

This work aimed to analyze the relationship between professional education, inclusion, assistive technology and integrated curriculum for integral human training, highlighting the challenges and possibilities that permeate these practices within the scope of professional education. The research used a narrative bibliographic review as its methodology and 30 texts were used. The results showed that integral human training, by integrating technical, scientific and cultural knowledge, contributes to the development of students, enabling them to act critically and responsibly in the world of work and society. It was observed that inclusion goes beyond the presence of students with disabilities in school spaces, requiring pedagogical practices, resources and public policies that eliminate barriers and promote equity. Assistive technology has proven to be a fundamental ally in this process, expanding the possibilities of access and participation for students with specific needs. In turn, the integrated curriculum was identified as an effective strategy for articulating different areas of knowledge, promoting broader and more meaningful training, aligned with contemporary demands. It is concluded that the integration between these elements is essential for the construction of an educational model that values diversity, prepares students for social and professional challenges and contributes to the construction of a fairer society. This work highlights the relevance of the topic and the need to deepen debates and pedagogical practices that enhance its implementation.

Keywords: Professional education; inclusion; assistive technology; integrated curriculum; integral human formation.

1 INTRODUÇÃO

A formação humana integral, no contexto da educação profissional e tecnológica, busca promover o desenvolvimento pleno dos sujeitos, articulando as dimensões técnica, científica,

ética e cultural, com vistas à construção de uma sociedade mais equitativa e democrática. Segundo Frigotto e Ciavatta (2003) essa perspectiva considera o ser humano em sua totalidade, articulando trabalho, ciência e cultura como elementos centrais para uma educação emancipadora.

Assim sendo, a educação profissional, enquanto modalidade de ensino não encontra-se voltada apenas à preparação para o mundo do trabalho, ela deve transcender a formação meramente técnica, incorporando também os aspectos éticos e sociais. De acordo com Ciavatta (2019), a educação profissional integrada ao ensino médio tem como objetivo superar a fragmentação dos saberes, promovendo a formação de sujeitos críticos e conscientes do seu papel na sociedade. Dessa forma, é importante enfatizar a importância de políticas educacionais que promovam a inclusão e a formação de trabalhadores capazes de se adaptar às constantes transformações tecnológicas.

No que se refere à inclusão, Mantoan (2003) destaca que este conceito exige uma transformação estrutural e cultural nas escolas, garantindo a participação plena de todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, intelectuais ou sociais. Esse compromisso está respaldado pela Lei Brasileira de Inclusão - Lei n.º 13.146/2015, que assegura a educação como direito fundamental e estabelece diretrizes para a eliminação de barreiras (Brasil, 2015).

Nesse contexto, a tecnologia assistiva desempenha um papel essencial para garantir o acesso e a permanência de pessoas com deficiência no ambiente educacional. Bersch (2017) define a tecnologia assistiva como um conjunto de recursos e estratégias que promovem a autonomia, a funcionalidade e a inclusão de pessoas com deficiência. Sua implementação no cotidiano escolar possibilita a superação de barreiras que comprometem a aprendizagem e a participação.

Destarte, o currículo integrado, conforme Tavares, França-Carvalho e Silva (2022), refere-se à superação da fragmentação do conhecimento por meio da articulação entre diferentes áreas do saber. Ele busca integrar as dimensões do trabalho, da ciência e da cultura, com foco no desenvolvimento integral dos sujeitos. Essa abordagem exige práticas pedagógicas que considerem a realidade dos estudantes e promovam a inclusão, contribuindo para a formação de cidadãos críticos e ativos na sociedade.

Isto posto, esse estudo se torna relevante por buscar contribuir para o debate sobre práticas pedagógicas mais equitativas e inclusivas, promovendo o desenvolvimento integral dos sujeitos. Com isso, a partir de uma revisão bibliográfica narrativa, o presente trabalho analisou a relação entre educação profissional, inclusão, tecnologia assistiva e currículo integrado para a formação humana integral, destacando os desafios e possibilidades que permeiam essas práticas no âmbito da educação profissional.

2 METODOLOGIA

A revisão da literatura é considerada uma pesquisa exploratória que propõe a análise de vários assuntos sobre uma problemática com fundamentação teórica já elaborada, que pode ser extraída da publicação de livros, capítulos de livros, revistas, artigos científicos e outras fontes de estudo (Mattos, 2015).

Sendo assim, a metodologia escolhida para realização desse trabalho foi à revisão bibliográfica narrativa. Este tipo de revisão tem como escopo publicações que geralmente são menos abrangentes, propícia para relatar e contestar o desenvolvimento de certo texto, sob um ponto de vista teórico ou contextual por evidências em estudos científicos, por meio de uma procura com comprovação de sua confiabilidade (Rother, 2007). Apesar da revisão narrativa não exigir critérios tão rigorosos, optou-se por elencar critérios de inclusão e exclusão para esse estudo.

Dessa maneira, a pesquisa foi realizada nos meses de setembro de 2024 a janeiro de 2025, tendo como critérios de inclusão: textos científicos sem demarcação temporal, publicados nas plataformas digitais - Google Acadêmico e *Scientific Electronic Library Online (SciELO)*, que estivessem escritos em português, que atendessem aos objetivos do trabalho; cartilhas, documentos referentes a leis nacionais; e livros ou capítulos de livros digitais ou físicos escritos em português.

E os critérios de exclusão foram: textos pagos e escritos em língua estrangeira. Os descritores adotados para o levantamento dos dados foram: educação profissional, inclusão, tecnologia assistiva, currículo integrado e formação humana integral. Esses descritores foram utilizados de forma combinada para ter uma busca mais refinada e um resultado mais detalhado.

Por fim, para execução desse estudo foi necessário à realização da pré-análise do material, a partir da leitura prévia dos títulos e resumos/introdução dos textos. Após selecionar os textos, todos foram fichados, em seguida foi realizado a compilação das informações relevantes e por fim, foi desenvolvido os resultados e discussões do trabalho.

3 RESULTADO E DISCUSSÃO

Para a realização desta revisão narrativa foram utilizados os descritores combinados nas diferentes bases de dados. Após a aplicação dos filtros dos critérios de inclusão e exclusão, foram analisados no total 115 textos: 89 resumos de artigos, 05 cartilhas, 05 documentos referentes a leis nacionais, 04 livros digitais, 08 introduções de livros e 04 introduções de capítulos de livros físicos. Durante essa investigação, 17 textos foram eliminados por se repetirem entre os descritores e 68 foram descartados por não tratarem do tema proposto. Ao final dessa triagem, foram selecionados 30 textos para comporem a amostra final como apresentado na tabela 1.

Tabela 1 – Quantitativo de textos selecionados para realização do estudo

Bases de dados	Quantidade de textos selecionados
Google Acadêmico	09 artigos; 02 cartilhas; 02 documentos referentes a leis nacionais; 01 livro digital.
<i>Scielo</i>	10 artigos.
Acervo pessoal de livros dos autores da pesquisa	04 livros; 02 capítulos de livros.

Fonte: elaborada pelos autores, 2025.

Dessa forma, serão apresentados os dados encontrados ao longo da realização do trabalho, a partir de quatro categorias: 3.1) Educação Profissional; 3.2) Inclusão no Contexto da Educacional; 3.3) Tecnologia Assistiva; e 3.4) Currículo Integrado.

3.1 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

A educação profissional tem sido compreendida como uma modalidade de ensino essencial para a formação de indivíduos preparados para o mundo do trabalho e para o exercício da cidadania. Segundo Ciavatta (2019), ela deve transcender a formação técnica, articulando trabalho, ciência e cultura, para possibilitar uma formação integral e crítica. Essa perspectiva se torna ainda mais relevante em sociedades marcadas por desigualdades sociais e econômicas.

Para Frigotto e Ciavatta (2003) a educação profissional assume um papel estratégico no contexto das transformações capitalistas contemporâneas. Os autores destacam que a educação não deve ser reduzida à preparação para o mercado, mas deve oferecer subsídios para a emancipação dos sujeitos e para a transformação social. A articulação entre formação técnica e princípios humanísticos é vista como indispensável para esse objetivo.

No Brasil, a educação profissional é regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/1996), que estabelece a integração entre a formação geral e a formação profissional como princípio fundamental (Brasil, 1996). Pelissari (2023) analisa como as reformas recentes, como a do Ensino Médio, impactaram esse modelo, muitas vezes priorizando interesses do mercado em detrimento de uma formação crítica e emancipatória.

Segundo Castro e Duarte Neto (2021), a formação integrada é uma das principais respostas às tensões entre a educação técnica e os princípios de uma educação ampla e inclusiva. Ele destaca que, ao articular saberes gerais e específicos, o currículo integrado promove um diálogo entre diferentes áreas do conhecimento, preparando os estudantes para desafios complexos.

No mesmo sentido, Moura (2015) enfatizam que a educação profissional deve ser pensada a partir de uma perspectiva interdisciplinar, que contemple tanto o desenvolvimento técnico quanto a capacidade crítica e ética dos indivíduos. Os autores argumentam que essa abordagem é essencial para responder às demandas de uma sociedade em constante transformação.

Além disso, as políticas públicas têm desempenhado um papel central no fortalecimento da educação profissional. Tentes e Rocha (2014) analisam a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Brasil, destacando sua contribuição para o

acesso à educação de qualidade e para a redução das desigualdades regionais. Contudo, eles também apontam desafios, como o financiamento e a necessidade de alinhamento entre políticas educacionais e de desenvolvimento regional.

A internacionalização é um tema emergente na educação profissional. Segundo Herpich, Machado e Schaefer (2022), a troca de experiências entre diferentes países tem enriquecido as práticas pedagógicas e ampliado as oportunidades para estudantes e professores. No entanto, os autores apontam que é necessário adaptar essas experiências às realidades locais para garantir sua efetividade. As novas tecnologias têm transformado o cenário da educação profissional. A introdução de ferramentas digitais tem potencializado a aprendizagem, permitindo que os estudantes tenham acesso a novos conteúdos e desenvolvam competências que serão fundamentais em um mercado de trabalho em constante evolução.

Para Ciavatta (2019), o desafio da educação profissional no Brasil está em equilibrar a formação para o trabalho com a preparação para o exercício da cidadania. Eles defendem que as instituições de ensino precisam oferecer não apenas uma formação técnica de qualidade, mas também promover reflexões sobre ética, sustentabilidade e inclusão social.

3.2 INCLUSÃO NO CONTEXTO EDUCACIONAL

A inclusão social e educacional é um tema central nos debates sobre equidade e justiça social. A inclusão social refere-se à garantia de participação ativa de todos os indivíduos na sociedade, independente de condições como raça, gênero, deficiência ou status socioeconômico. A exclusão social é um processo complexo ligado à vulnerabilidade, e a inclusão é um caminho para garantir o pertencimento e a dignidade das pessoas em contextos sociais (Castel, 1998).

No campo educacional, a inclusão é entendida como o direito de todos à educação, promovendo acesso, permanência e sucesso na aprendizagem. De acordo com Mantoan (2003), a inclusão educacional não é apenas uma questão de integração, mas envolve uma transformação das práticas escolares para atender às necessidades de todos os estudantes, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade. A educação inclusiva é respaldada por

legislações e documentos internacionais, como a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), que enfatiza a necessidade de sistemas educacionais capazes de atender à diversidade de alunos.

Segundo a UNESCO (1994), escolas inclusivas promovem não apenas o aprendizado, mas também a convivência entre diferentes, favorecendo o desenvolvimento de valores como respeito e solidariedade. A Lei Brasileira de Inclusão (Lei n.º 13.146/2015) consolida direitos das pessoas com deficiência, destacando a educação como um instrumento essencial para a inclusão social (Brasil, 2015).

Silva e Carvalho (2017) destacam que a implementação dessa lei reforça o compromisso das escolas com a acessibilidade, incluindo o uso de tecnologias assistivas para garantir igualdade de condições no aprendizado. Segundo Bersch (2017) a tecnologia assistiva não é um fim em si mesma, mas um meio de transformar a escola em um espaço verdadeiramente inclusivo.

A inclusão também requer uma mudança nas práticas pedagógicas. Para Sofiato e Angelucci (2017), é necessário que os educadores desenvolvam estratégias que valorizem a diversidade, promovam a participação ativa de todos os estudantes e superem preconceitos enraizados na cultura escolar. Essa abordagem exige formação continuada de professores, conforme destacado por Vieira *et al.* (2022), que apontam que o sucesso da inclusão está intimamente ligado à capacitação docente.

Além das questões práticas, a inclusão educacional tem um profundo impacto na construção da cidadania. Freire (1996) argumenta que a educação é um ato político e que as práticas inclusivas fortalecem a autonomia e a participação crítica dos indivíduos na sociedade. Dessa forma, a inclusão educacional contribui não apenas para o desenvolvimento individual, mas também para a transformação social.

Do ponto de vista social, a inclusão é um elemento essencial para a redução das desigualdades. Bissoto (2013) destacam que a exclusão educacional está diretamente relacionada a desigualdades econômicas e sociais. Políticas de inclusão, portanto, têm o potencial de romper ciclos de pobreza e promover maior equidade no acesso às oportunidades. No entanto, há desafios significativos na implementação de práticas inclusivas.

Rodrigues, Silva e Loureiro (2024) discutem que, embora a legislação brasileira seja avançada, ainda existem dificuldades na adaptação de currículos e na disponibilização de

recursos que garantam a efetividade da inclusão. Eles sugerem que é fundamental um maior investimento público para superar essas barreiras. Assim, a inclusão educacional e social deve ser vista como um direito humano e um compromisso coletivo. Segundo Silva (2021), a luta por uma sociedade mais inclusiva exige esforços de governos, educadores e da sociedade como um todo, visando garantir que todos possam exercer plenamente seus direitos e viver com dignidade.

3.3 TECNOLOGIA ASSISTIVA

A tecnologia assistiva refere-se a recursos, serviços e estratégias que ampliam as habilidades funcionais de pessoas com deficiência, proporcionando maior independência e inclusão em diversos contextos, incluindo o educacional. A tecnologia assistiva engloba desde recursos simples, como pranchas de comunicação, até sistemas mais complexos, como softwares de leitura de tela, destacando o impacto positivo na vida de pessoas com deficiência (Bastos *et al.*, 2023).

Para Bersch (2017), a tecnologia assistiva não é apenas um recurso técnico, mas um elemento essencial para a inclusão social e educacional. A autora enfatiza que esses recursos devem ser acompanhados de estratégias pedagógicas que garantam o uso efetivo e significativo, considerando as necessidades específicas de cada indivíduo. No Brasil, a Lei Brasileira de Inclusão (Lei n.º 13.146/2015) reconhece a tecnologia assistiva como direito fundamental para promover a acessibilidade e a inclusão (Brasil, 2015).

Segundo Rodrigues, Silva e Loureiro (2024), a legislação tem incentivado o desenvolvimento de políticas públicas que ampliem o acesso a esses recursos, mas ainda há desafios quanto à sua implementação nas escolas. A tecnologia assistiva também desempenha um papel crucial no fortalecimento da autonomia de estudantes com deficiência. Eles destacam que, além de proporcionar acessibilidade, os dispositivos assistivos têm o potencial de transformar o aprendizado em um processo mais interativo e inclusivo.

No contexto educacional, a integração da tecnologia assistiva tem enfrentado desafios relacionados à formação docente. Borges e Tartuci (2017) apontam que muitos professores ainda

não possuem o conhecimento necessário para utilizar esses recursos de forma eficaz, o que limita seu potencial transformador na sala de aula.

Segundo Calheiros, Mendes e Lourenço (2018), a acessibilidade digital tem sido uma área em crescimento dentro do campo da tecnologia assistiva. O desenvolvimento de aplicativos e plataformas acessíveis contribui para a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho e na educação, mas ainda há limitações no acesso a esses recursos devido a questões econômicas e estruturais.

Outro aspecto importante é a relação entre tecnologia assistiva e políticas públicas. Conforme Aquino e Caetano (2022), programas governamentais como o Programa Nacional de Tecnologia Assistiva têm contribuído para a disseminação desses recursos no Brasil, mas a distribuição ainda é desigual entre regiões e grupos sociais.

Segundo Bastos *et al.* (2023) a pesquisa e o desenvolvimento de novas tecnologias assistivas devem ser orientados por princípios éticos que considerem a participação ativa das pessoas com deficiência no processo de criação. Essa abordagem colaborativa assegura que os dispositivos atendam de fato às necessidades dos usuários finais. Por fim, a tecnologia assistiva precisa ser vista como parte integrante de um sistema inclusivo mais amplo e presente nos currículos escolares. Para Sassaki (2006), sua eficácia está diretamente ligada à existência de ambientes sociais e educacionais que acolham a diversidade e promovam a inclusão como valor central.

3.4 CURRÍCULO INTEGRADO

O currículo integrado tem suas raízes em teorias educacionais que buscam romper com a fragmentação do conhecimento e estabelecer conexões entre diferentes áreas de saber, de modo a promover uma formação integral dos estudantes. A integração curricular deve estar atrelada à formação humana, visando desenvolver competências técnicas e críticas para que o estudante compreenda sua inserção no mundo e no trabalho (Ciavatta, 2019).

Saviani (2007) argumenta que a concepção de currículo integrado está intimamente relacionada à politecnicidade e à articulação entre educação geral e formação profissional. Para o autor, essa perspectiva busca superar a dualidade histórica da educação brasileira, em que o

ensino técnico e profissionalizante era destinado às classes populares, enquanto o ensino científico era voltado às elites.

No contexto da educação profissional e tecnológica, o currículo integrado adquire um papel estratégico. Castro e Duarte Neto (2021) apontam que, no ensino técnico integrado ao médio, a interdisciplinaridade é fundamental para garantir uma formação que valorize tanto o desenvolvimento técnico quanto o intelectual e cultural dos estudantes. Segundo ele, a integração não se restringe a um arranjo didático, mas implica uma reorganização do trabalho pedagógico. Os fundamentos do currículo integrado também estão relacionados à teoria histórico-crítica, que enfatiza a centralidade dos conhecimentos científicos e culturais como instrumentos de emancipação humana.

Frigotto e Ciavatta (2003) destacam que essa concepção visa contribuir para uma formação omnilateral, em que os sujeitos se desenvolvam de forma completa, considerando as dimensões social, cultural e produtiva. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei n.º 9.394/1996) reconhece a possibilidade de articulação entre ensino médio e educação técnica (Brasil, 1996).

Ramos (2010) ressalta que o currículo integrado emerge como uma resposta a essa legislação, configurando-se como uma proposta que busca atender às demandas sociais e produtivas de forma mais equitativa. Um aspecto relevante no debate sobre currículo integrado é a interdisciplinaridade. Para Fazenda (1994), essa abordagem possibilita a superação da fragmentação curricular, favorecendo a construção de conhecimentos significativos e a formação crítica dos estudantes. A autora destaca que a interdisciplinaridade é essencial para que os alunos compreendam as relações entre diferentes saberes e suas aplicações práticas.

Tavares, França-Carvalho e Silva (2022) destacam que o currículo integrado deve ser entendido como uma construção coletiva e dinâmica, em que os sujeitos envolvidos – gestores, professores e estudantes – participem ativamente do processo. Essa abordagem requer diálogo constante e flexibilidade para se adaptar às necessidades locais e ao contexto social. Além disso, o currículo integrado é uma estratégia para promover a inclusão.

Segundo Castro e Duarte Neto (2021), essa organização curricular favorece a criação de ambientes mais inclusivos, pois valoriza as singularidades dos sujeitos e busca eliminar barreiras no processo educativo, especialmente para alunos em situação de vulnerabilidade

social. A integração curricular também contribui para a formação cidadã e para a compreensão crítica do mundo do trabalho.

Moura (2015) afirma que o currículo integrado deve preparar o estudante não apenas para o exercício de uma profissão, mas para a participação ativa na sociedade, com consciência ética e política. Por fim, a implementação do currículo integrado exige políticas públicas e formação docente adequadas. Conforme Ana, Nogueira e Brito (2020) o sucesso dessa abordagem depende de investimentos em capacitação dos professores, além de estratégias que promovam a articulação entre disciplinas e áreas do conhecimento, garantindo a coesão e a efetividade do projeto pedagógico.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais deste trabalho reafirmam a relevância de abordar a formação humana integral no contexto da educação profissional como um caminho para desenvolver sujeitos capazes de atuar de forma ética, crítica e responsável na sociedade e no mercado de trabalho. Essa perspectiva, ao integrar educação geral e técnica, promove a superação da fragmentação curricular, alinhando a formação acadêmica às demandas sociais e produtivas, sem perder de vista a dimensão humanística.

A inclusão desponta como um eixo fundamental nesse processo, garantindo que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade, independentemente de suas condições ou especificidades. Uma educação inclusiva vai além do acesso físico ao espaço escolar, abrangendo práticas pedagógicas que respeitem as diferenças e promovam a equidade. Nesse cenário, o reconhecimento e a valorização das diversidades fortalecem o papel social da educação como agente de transformação.

A tecnologia assistiva se apresenta como um elemento indispensável para assegurar a inclusão educacional e social de pessoas com deficiência. Ao disponibilizar recursos que eliminam barreiras de acesso e aprendizagem, essas ferramentas contribuem para a autonomia dos indivíduos e para a efetiva participação em ambientes educacionais. A incorporação desses recursos no currículo integrado demonstra o compromisso com uma educação que acolhe e potencializa todos os estudantes.

O currículo integrado, por sua vez, é uma estratégia pedagógica que possibilita a articulação entre diferentes saberes, promovendo uma formação mais ampla e significativa. Ele não se limita a combinar conteúdos de diversas áreas, mas busca criar conexões entre o conhecimento técnico, científico e cultural, preparando o estudante para os desafios do mundo contemporâneo e estimulando a reflexão crítica sobre o papel do trabalho e da cidadania.

A realização deste trabalho é de extrema importância, pois reforça a necessidade de ampliar o debate sobre práticas pedagógicas que articulem inclusão, tecnologia assistiva e currículo integrado no contexto da educação profissional. Além de contribuir para o avanço teórico e prático nesse campo, o estudo ressalta o papel transformador da educação como ferramenta para construir uma sociedade mais justa, equitativa e democrática.

REFERÊNCIAS

- ANA, W. P. S.; NOGUEIRA, S. M. S.; BRITO, W. A. de. Reflexões Sobre o Currículo Integrado na Educação Profissional e Tecnológica: Desafios e Possibilidades. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, n. 18, p. e8813, 2020. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/8813>. Acesso em: 06 dez. 2024.
- AQUINO, J. C. F. de; CAETANO, L. M. D. Políticas Públicas Educacionais: Programas de Integração Tecnológica na Rede Pública. **Revista de Estudos Interdisciplinares**, v. 4, n. 3, p. 50-62, 2022. Disponível em: https://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf. Acesso em: 02 dez. 2024.
- BASTOS, P. A. L. S. *et al.* Tecnologia assistiva e políticas públicas no Brasil. **Cadernos Brasileiros De Terapia Ocupacional**, v. 31, e3401, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoAO260434011>. Acesso em: 02 dez. 2024.
- BERSCH, R. **Introdução à tecnologia assistiva**. Porto Alegre: Assistiva/Tecnologia da Educação, 2017. Disponível em: https://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf. Acesso em: 06 dez. 2024.
- BISSOTO, M. L. Educação Inclusiva e Exclusão Social. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 26, n. 45, p. 91-108, 2013. Disponível em: <http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>. Acesso em: 02 dez. 2024.
- BORGES, W. F.; TARTUCI, D. Tecnologia Assistiva: Concepções de Professores e as Problematizações Geradas pela Imprecisão Conceitual. **Revista Brasileira de Educação**

Especial, v. 23, n. 1, p. 81-96, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382317000100007>. Acesso em: 28 nov. 2024.

BRASIL. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 28 nov. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 28 nov. 2024.

CALHEIROS, D. dos S.; MENDES, E. G.; LOURENÇO, G. F. Considerações acerca da tecnologia assistiva no cenário educacional brasileiro. **Revista Educação Especial**, v. 31, n. 60, p. 229-244, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/1984686X18825>. Acesso em: 28 nov. 2024.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTRO, A. S.; DUARTE NETO, J. H. Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica: A Relação entre o Currículo Integrado e a Prática Pedagógica Docente. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S. l.], v. 1, n. 20, p. e11088, 2021. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/11088>. Acesso em: 06 dez. 2024.

CIAVATTA, M. Política e História da Educação Profissional: luzes e sombras da realidade brasileira. **Cadernos de Pesquisa**, v. 26, n. 4, p. 30-44, 2019. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/13038>. Acesso em: 02 dez. 2024.

FAZENDA, I. C. A. **Interdisciplinaridade**: história, teoria e pesquisa. Campinas, SP: Papirus, 1994. Disponível em: https://cursos.unipampa.edu.br/cursos/ppge/files/2010/11/Interdisciplinaridade_IvaniFazenda.pdf. Acesso em: 02 dez. 2024.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. Educar o trabalhador cidadão produtivo ou o ser humano emancipado. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 45-60, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/JSYmSMnc7TKKrxWjm3xHLGd/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 02 dez. 2024.

HERPICH, M. D.; MACHADO, J. L.; SCHAEFER, R. Contribuição a Internacionalização para a Formação Integral na Educação Profissional e Tecnológica. **Trabalho & Educação**,

Belo Horizonte, v. 31, n. 2, p. 61–76, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/40478>. Acesso em: 06 dez. 2024.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar**: o que é? Por quê? Como fazer?. São Paulo: Moderna, 2003.

MATTOS, P. C. **Tipos de Revisão de Literatura**. 2015. Disponível em: www.fca.unesp.br/Home/Biblioteca/tipos-de-revisão-de-literatura.pdf. Acesso em: 20 out. 2024.

MOURA, D. H. A Formação de Docentes para a Educação Profissional e Tecnológica. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, n. 1, p. 23-38, 2015. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/2863>. Acesso em: 06 dez. 2024.

PELLISSARI, L. B. A reforma da educação profissional e tecnológica no Brasil: 2016 a 2021. **Educação em Revista**, v. 39, n. 39, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/edrevista/article/view/37056>. Acesso em: 06 dez. 2024.

RAMOS, M. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Org.). **Ensino Médio Integrado**: Concepções e Contradições. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

RODRIGUES; M. de O.; SILVA, S. M. da; LOUREIRO, A. Práticas socioeducativas inclusivas: concetualizações e tendências de produção científica no campo da educação. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 50, e269265, p. 01-20, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/TmzMj7rLKsC6D5svpRQ8ZVF/?form at=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 dez. 2024.

ROTHER, E. T. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta paulista de enfermagem**, v. 20, n. 2, p. v-vi, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/z7zZ4Z4GwYV6FR7S9FHTByr/?lang=pt>. Acesso em: 20 out. 2024.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, p. 152-180, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP>. Acesso em: 02 dez. 2024.

SILVA, F. P. A. Educação Inclusiva e Direitos Humanos / Educação Inclusiva e Direitos Humanos. **Revista Brasileira de Desenvolvimento**, v. 7, p. 73938-73953, 2021. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/33420>. Acesso em: 06 dez. 2024.

SILVA, N. C.; CARVALHO, B. G. E. Compreendendo o Processo de Inclusão Escolar no Brasil na Perspectiva dos Professores: uma Revisão Integrativa. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 23, n. 2, p. 293-308, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382317000200010>. Acesso em: 02 dez. 2024.

SOFIATO, C. G.; ANGELUCCI, C. B. Educação inclusiva e seus desafios: uma conversa com David Rodrigues. **Educação e Pesquisa**, v. 43, n. 1, p. 283-295, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022017430100201>. Acesso em: 02 dez. 2024.

TAVARES, A. M. B. do N.; FRANÇA-CARVALHO, A. D.; SILVA, B. D. da. Designações de Currículo: Apreendendo seus Sentidos em Distintas Teorizações. **RPGE– Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 26, n. esp. 4, e022114, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.22633/rpge.v26iesp.4.17129>. Acesso em: 28 nov. 2024.

TENTES, V. T. A.; ROCHA, A. L. C. Políticas públicas educacionais reconhecedoras das diferenças: desafios da Educação Especial Inclusiva no Distrito Federal. In: CUNHA, C. *et al.* (orgs). **A educação em novas arenas: políticas pesquisas e perspectivas**. Brasília: Líber Livro, 2014.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. 1994. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000_098427. Acesso em: 28 nov. 2024.

VIEIRA, P. S. J. *et al.* Educação Inclusiva e Formação de Professores: O Caso de Uma Escola Pública no Estado de Goiás. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, São Paulo, v. 5, n. 10, p. 77–90, 2022. Disponível em: <https://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/339>. Acesso em: 02 dez. 2024.